

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E IMPACTOS NA ESCOLA

Amanda Melchioti Gonçalves (PIC/UEM), Eliana Claudia Navarro Koepsel (Orientadora), e-mail: rkoepsel@uol.com.br.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes UEM/CCH.

Área - Planejamento e Avaliação Educacional Subárea- Política Educacional

Palavras-chave: Políticas educacionais, BNCC, Parâmetros Curriculares Nacionais.

Resumo:

O presente trabalho constitui-se de pesquisa bibliográfica e documental, objetiva compreender o papel social da escola coligido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao demarcar o que qualquer estudante em todo o país deverá aprender na escola. Para dar conta do proposto apreende as determinações históricas presentes na definição da BNCC, na relação que estabelece com projetos internacionais e dos possíveis impactos pedagógicos à escola. Analisa a política educacional contemporânea levando em conta o contexto de referência, tematiza as relações sociais de produção e a presença determinante do capital e do Estado nas propostas de políticas educacionais. Conclui que os desdobramentos das políticas educacionais, desde os anos 1990, na determinação do fazer da escola, cujo sentido é dado pelas demandas de mercado e reprodução do capital, são continuadas e acentuadas pelas políticas atuais que incidem no estabelecimento de aprendizagens mínimas e instrumentalizadas à sobrevivência e superação da desigualdade.

Introdução

O interesse em aprofundar os estudos sobre as políticas contemporâneas, em especial a Base Curricular (BNCC) foi proporcionada inicialmente pelos estudos e atividades desenvolvidos no curso de graduação em Pedagogia, seja no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência- Pibid/ Pedagogia - Foco Gestão Escolar, que permitiram em 2015 acompanhar as discussões do documento preliminar da BNCC, que aconteciam na escola naquele ano. Na ocasião, foi possível identificar a dificuldade de muitos docentes não só para analisar o documento que fora encaminhado, como contribuir com a sua construção, indicando sugestões.

No mesmo ano, ainda, foi possível acompanhar as atividades de formação continuada que são realizadas nas instituições escolares, anos finais do ensino fundamental e ensino médio. De forma que presenciar essas discussões e, observar que para os pedagogos escolares, muitas vezes, coordenar os estudos sobre políticas que estão em processo de construção, no caso, a questão curricular, não tem sido uma tarefa fácil. Diante dessa experiência, sobrelevou dúvidas e inquietações, assim, como instigou a buscar conhecimentos. O ponto de partida para a proposição deste estudo que é de cunho bibliográfico e documental.

Pergunta-se: quais os fundamentos da BNCC? Qual o seu sentido histórico-político? Como se estrutura? Em que sentido essa proposta se distancia ou se aproxima do pretérito documento curricular dos anos 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais?

É objetivo desta pesquisa compreender o papel social da escola coligido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao demarcar o que qualquer estudante em todo o país deverá aprender na escola. Para dar conta do proposto, subdivide o objetivo na apreensão das determinações históricas presentes na definição da BNCC, da relação que estabelece com projetos internacionais e dos possíveis impactos pedagógicos à escola.

Materiais e métodos

Esta pesquisa parte da compreensão de que as ideias não são construídas num espaço vazio, antes, guardam uma estreita relação com o período histórico, econômico, social e político em que são engendrados. Este trabalho é resultante de pesquisa bibliográfica e documental, com base em documentos de políticas educacionais nacionais e internacionais.

Resultados e Discussão

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi apresentada como uma proposta já prevista na Constituição Federativa do Brasil de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), nº 9394/96. Esse documento constitui-se na definição do que qualquer estudante em todo o país deve aprender na escola. Assim, foi definida como um documento que reúne os objetivos de aprendizagem em quatro áreas do conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, além de determinar o conjunto de conhecimentos e habilidades considerados necessárias para todos os brasileiros em cada ano da Educação Básica. Define 12 direitos de aprendizagem pertinentes ao aluno no decorrer da educação básica.

Em abril de 2017, o MEC entregou a versão final da BNCC, Educação Infantil e Ensino Fundamental, ao Conselho Nacional de Educação (CNE). O CNE tem a incumbência de emitir um parecer e o projeto de resolução sobre a BNCC, que deve ser votado pelo Conselho Pleno (CP) do CNE, após o

parecer é encaminhado ao Ministério da Educação (MEC) para homologação, para que entre em vigor a BNCC.

Trata-se de um documento importante da política educacional, define o que deve ser ensinado, o que é prioridade em cada etapa do ensino e em cada área de conhecimento, têm implicações para a formação docente, induz a concepções de ensino e aprendizagem.

Entende-se que as definições da BNCC não são neutras, o que impõe um esforço para compreender a proposta que ora se põe a público, mas que parece guardar conexões com um passado recente, com as reformas empreendidas nos anos 1990. Período em que se define a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9394/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Diretrizes Curriculares Nacionais e, posteriormente, o Plano Nacional de Educação (PNE), documentos definidores de mudanças almejadas para a gestão, o currículo e a docência. Nas fontes pesquisadas foi possível perceber muitas semelhanças entre a BNCC e os PCN, dos anos 1990. A BNCC, como os PCN, ancora-se em competências gerais que perpassam os componentes curriculares ao longo da educação básica (BRASIL, 2017) com ênfase na "construção de conhecimentos e habilidades e na formação de atitudes e valores" (BRASIL, 2017, p.18).

Para esses dois documentos à educação é atribuída uma função salvacionista. Uma função já identificada por pesquisadores da área de políticas educacionais, "uma velha máxima salvacionista" (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011, p. 47) cujos interesses educacionais são emanados de agências internacionais que exerceram importante papel na definição de políticas públicas educacionais para o país.

A partir dos anos de 1990 uma vasta documentação internacional, derivada de importantes agências internacionais – por meio de diagnósticos, análises e propostas – ofereceu um conjunto de ideias consensuais em torno do qual deve ser a função da educação. A Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, realizada em Jomtien, em 1990 foi um marco importante de definição de uma agenda política que elegeu a educação básica como pauta principal. Dessa conferência resultou a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Marco de Ação para a Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem*, assinados por 155 países, incluindo o Brasil, que se comprometeram em assegurar a educação básica de qualidade às crianças, jovens e adultos (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011).

Em comum esses documentos internacionais consultados passaram a atribuir à educação um papel decisivo na luta contra a pobreza, o crescimento econômico e a superação da desigualdade social no país. Nesse sentido, é preciso lembrar que os vocábulos empregados não são aleatórios reiteram conceitos. Evangelista (2012) em suas pesquisas observa que é preciso se ter em conta os vocábulos empregados, assim como, também, o que é silenciado, visto que pode até se constituir mais importante do que o proclamado.

De forma que os vocábulos empregados não são aleatórios, expressam uma teia conceitual seja pelo que expõe, como sobre o que silencia, o fato de

sobreleva a necessidade de adequar o fazer da escola às necessidades humanas, pode estar ocultando, pelo que não diz diretamente, o atendimento das novas demandas do mercado. Cabe ao pesquisador captar a intencionalidade, entendendo as intenções, visto que os discursos "têm estreitas vinculações com o lugar histórico, com as circunstâncias específicas da vida material na qual são constituídos" (NOMA; KOEPSEL; CHILANTE, 2010, p.67). Sendo assim, é imprescindível a compreensão de que os documentos não podem ser explicados por si mesmos, restringindo-se apenas aos aspectos dos conteúdos internos.

Conclusões:

O material tomado para estudo permite concluir que não houve rompimento da política educacional neoliberal definida nos 1990. A BNCC, representante das políticas educacionais atuais, não apenas mostra continuidade, como aponta para um agravamento de uma tendência que se coloca perversa para a educação pública, no que se refere ao seu conteúdo e sua função social, caracterizada como uma "escola do conhecimento para os ricos" e como uma "escola do acolhimento social para os pobres" (LIBÂNEO, 2012, p. 13). Numa outra perspectiva, considera-se que uma reforma curricular precisa ter o propósito de desenvolvimento intelectual dos estudantes e não ser um instrumento para resolver problemas decorrentes da ordem social estabelecida pelo capital.

Referências:

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação Infantil e Ensino Fundamental. Versão final. Brasília: MEC, 2017.

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional**. In: Ronaldo M. L. Araújo; Doriedson S. Rodrigues. (Org.). A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais. Campinas-SP: Alínea, 2012, v. 1, p. 52-71.

LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira**: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

NOMA, A.K; KOEPSEL, E.C.N; CHILANTE, E.F.N. Trabalho e educação em documentos de políticas educacionais. **Revista HISTDBR online**, Campinas, número especial, p. 65-82, ago. 2010.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.